



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O problema dos apartamentos desocupados no complexo de habitações públicas de Seac Pai Van tem sido evidente, sendo este um fenómeno que está relacionado com outras questões. Quando comparada com as habitações públicas situadas na península de Macau e na ilha da Taipa, onde a ocupação dos apartamentos tem sido satisfatória, a situação em Seac Pai Van estará eventualmente relacionada com a insuficiência de equipamentos sociais nessa zona, o que, conseqüentemente, obriga os residentes a deslocarem-se para outras zonas mais distantes se quiserem ir à escola, ao mercado para fazer compras ou ter consulta médica, para além de se depararem com a falta de meios de transporte nessa área. No entanto, não se pode ignorar também a possibilidade de alguns dos casos se relacionarem com irregularidades que violam a lei, o que foi confirmado com a descoberta de infracções registadas na desocupação de quatro fracções públicas após a realização de vistorias pelas autoridades competentes, tendo esses casos seguido para acompanhamento do Ministério Público. O processo de candidatura a habitações públicas é demorado e não existia anteriormente um plano para a sua atribuição. Em resultado disso, por um lado, tem vindo a formar-se uma



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

longa fila de candidatos à espera da atribuição de fracção pública, enquanto continuam a receber, ao mesmo tempo, o abono das autoridades para subsídio à habitação e, por outro lado, há um elevado número de fracções públicas por atribuir e por vender, com um tempo de espera de, pelo menos, um ou dois anos na fila dos candidatos. Trata-se de uma situação verificada, por exemplo, no Edifício Lok Kuan, com mais de mil fracções sociais ainda por atribuir, e com o Edifício Ip Heng, onde as chaves de mais de 450 dessas fracções públicas estão por entregar e mais de 300 fracções por vender.

Sendo as habitações públicas um recurso público escasso, deparamo-nos com uma enorme falta na sua oferta, pelo que o desaproveitamento, seja por que motivo for, dessas fracções autónomas, quer pela população quer pelo Governo, representa uma deseconomia de recursos. Quanto às fracções económicas já vendidas, é necessário que o Governo reveja quanto antes a legislação, para clarificar os conceitos sobre “desocupação”, “habitação própria” e outros. Além disso, deve aperfeiçoar as estruturas sociais de apoio, assim como, rever e acelerar os procedimentos administrativos no processo de candidatura, apreciação, atribuição e ocupação das referidas fracções. O planeamento dessas fracções deve ser elaborado antes, para que os recursos públicos não sejam desperdiçados durante o tempo de espera.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1 – O Governo enviou recentemente uma mensagem aos mil e quatrocentos proprietários das fracções autónomas desocupadas, para que explicassem o motivo dessa desocupação. Foram recebidas mais de trezentas respostas, com a explicação de que as fracções estão em obras de remodelação. A actual Lei da Habitação Económica determina a ocupação residencial efectiva e com carácter permanente da habitação económica por parte das pessoas a quem essa fracção foi atribuída, mas não define os conceitos de “ocupação residencial efectiva” e de “com carácter permanente”, nem estabelece a sanção respectiva. Assim, como é que o Governo determina quando é que uma fracção está “desocupada”?

2 – O Edifício Lok Kuan, com 4672 apartamentos, foi concluído em Abril de 2013. Além da atribuição aos agregados familiares em lista de espera antes de 2009, restaram ainda mil apartamentos nesse edifício. Deste modo, o Governo reabriu o processo de candidatura em Maio de 2013 para esses apartamentos, tendo recebido 6146 pedidos. A lista definitiva dos candidatos foi publicada em finais de Dezembro de 2014 e o processo ficou concluído em cerca de um ano. A licença de ocupação para os 2153 apartamentos do Edifício Ip Heng foi emitida em Março de 2013 e, até Fevereiro deste ano,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

foram vendidos 1820 apartamentos, dos quais, as chaves de 1364 apartamentos já foram entregues. Assim, ainda existem 456 apartamentos com a chave por entregar, e 333 ainda para serem vendidos, o que, somado, significa que um total de 789 apartamentos têm estado desocupados durante estes dois anos. Segundo alguns cidadãos, verifica-se também que, um ano depois da celebração do contrato-promessa de compra e venda, ainda não receberam a chave. Por isso, a desocupação dessas fracções de habitação pública não está relacionada com o facto de as pessoas não as ocuparem. Esses apartamentos encontram-se desocupados devido ao prolongado processo administrativo desde a apresentação da candidatura a habitação pública, até à sua apreciação e atribuição das fracções para serem ocupadas. Assim, como é que as autoridades vão melhorar o processo, resolvendo essa “dificuldade de distribuição dos apartamentos” que têm?

3 – Num encontro com a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas respondeu que havia falta de equipamentos sociais no complexo de habitações públicas de Seac Pai Van, e nem o mercado, nem a escola estão concluídos, o que poderia afectar a taxa de ocupação dos apartamentos. Comprometeu-se a acelerar a construção dos equipamentos sociais, a melhorar a ligação entre os meios de transporte, a analisar a criação de carreiras directas de transporte colectivo até ao Centro Hospital Conde de S.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Januário e ao Hospital Kiang Wu, e a aumentar o número de autocarros para as deslocações para o trabalho e para a escola dos residentes daquele complexo de habitação pública. Quando é que serão concretizados esses compromissos e existe já alguma calendarização para isso?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Chan Meng Kam

29 de Junho de 2015